



Revista Portuguesa de Educação  
ISSN: 0871-9187  
rpe@ie.uminho.pt  
Universidade do Minho  
Portugal

Silva, Manuel António  
Reseña de "Solidões e Solidariedades nos Quotidianos dos Professores" de José Alberto Correia y  
Manuel Matos  
Revista Portuguesa de Educação, vol. 14, núm. 2, 2001, p. 0  
Universidade do Minho  
Braga, Portugal

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37414213>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en [redalyc.org](http://redalyc.org)

**Correia, José Alberto & Matos, Manuel (2001).  
Solidões e Solidariedades nos Quotidianos dos  
Professores.  
Porto: Edições Asa**

O livro que nestas páginas se apresenta constitui uma espécie de viagem ao que se poderá designar por mundo *subjectivo* dos professores, ou seja, uma interpretação sobre o seu modo de pensar e viver a profissão no final do século XX, mais concretamente na década de 90. Com efeito, apesar de ter sido editado no verão de 2001, os capítulos que o constituem resultam, por um lado, de investigações diferenciadas (unidas entre si através de dois projectos financiados pela FCT) realizadas no âmbito de processos de mestrado e de doutoramento, e, por outro, da reunião de textos produzidos pelos autores até 1997. É um livro que articula, assim, um conjunto de investigações centradas em aspectos distintos da profissão docente (formação contínua, manuais escolares, avaliação, essencialmente) e as perspectivas dos autores sobre o modo como ela tem vindo a ser constituída e vivida.

A análise que nos é oferecida ao longo da obra, que reputo simultaneamente como bastante estimulante e inquietante, parece-me definitivamente influenciada pela ideia segundo a qual a crise profissional alegadamente vivida e sentida pelos professores se deve, no essencial, ao que os autores designam por "conflictos de responsabilidade na profissão docente". Esses conflitos seriam o resultado de um processo de evolução do Estado que, nas últimas décadas do século XX, sentindo-se incapaz de continuar a desempenhar as funções de Estado-Educador, teria encontrado na figura do Estado-Regulador (ou Estado-Avaliador) o modo adequado para se desresponsabilizar pelos efeitos das políticas educativas que, apesar desses esforços, continuaram a ser produzidas por si. A confirmação desta situação pode ser encontrada logo no início do primeiro capítulo, quando os autores, na esteira de Michael Apple, afirmam que o processo de controlo construído pelo Estado "é acompanhado pelo reforço da responsabilização individual dos professores no fracasso dos sistemas educativos" (p. 25). E, mais adiante (p. 133), os autores reforçam esta ideia, ao afirmarem "a necessidade de encarar

a produção jurídica do Estado no campo da educação como um dispositivo que, além de prescrições normativas, exerce uma influência decisiva no processo de produção de predisposições cognitivas que estruturam os modos legítimos de definir os problemas educativos e de construir as pertinências para a ponderação das possíveis soluções".

Este posicionamento teórico dos autores, independentemente da justezza da análise que produzem (e que, no essencial, tenho tendência a subscrever), e dado que evitam analisar o outro lado dos discursos produzidos pelos entrevistados nas várias investigações, pode conduzir o leitor a uma única direcção — a conclusão de que a profissão docente é o resultado de uma construção exclusiva de «fora para dentro», tornando a escola democrática e a profissão docente impossíveis, pois parece que os actores não têm lugar nesse processo supraorganizacionalmente concebido e conduzido [apesar de reconhecerem que o campo educativo "é habitado por seres dotados de vontade e capazes de se narrarem e de se transformarem nas narrativas que produzem sobre si próprios" (p. 11)].

Comecei por aquilo que poderia ser o fim desta recensão que se pretende crítica, por me parecer que a crítica implícita ao que os autores designam por «ideologias profissionais defensivas dos professores do Ensino Secundário» (Conclusões, p. 191 a 215), consideradas como manifestação de estratégias de resistência subjectivamente construídas e percebidas face a um possível totalitarismo disfarçado do Estado, afinal resulta numa análise que reforça essas ideologias. E isto, porque em nenhum momento se abre uma janela que permita a emergência de estratégias explícitas de resistência por parte dos professores e, sobretudo, das escolas, que nunca nos surgem como objecto de análise (a tónica é colocada exclusivamente na responsabilização individual dos professores). Deste ponto de vista, dada a proliferação de palavras tais como *sofín* (ético, profissional e organizacional), sombrio, solidão e silêncio (actor silencioso e silenciado), sobretudo, utilizadas para qualificar o estado actual do modo como os professores, alegadamente, vivem na actualidade a profissão docente, e a ausência de cenários possíveis de superação da crise (que é real, embora com reflexos diferenciados na acção dos professores e das escolas), a análise configura a referida retórica de uma profissão que parece ser impossível e que é difícil de ser vivida por dentro, tal como Nôvoa

assinalava no início da década de 90 mas que viria a interrogar no final da mesma década, quando se referia ao «excesso dos discursos» em contraponto com a «pobreza das práticas» (Nóvoa, 1999).

Com efeito, estamos claramente de acordo quando os autores nos apresentam os traços mais reveladores por que passa a crise actual da educação e, dentro dela, a crise da profissão docente, os quais passo a referir:

- *complexificação do exercício das funções (ou profissão?) docentes, a quem tudo parece exigir-se (Nóvoa, 1992), da função de aluno e das funções de encarregado de educação;*
- *aumento significativo das responsabilidades do local sobre os efeitos da acção educativa que executa, e que é crescentemente acompanhado por uma retórica de autonomia das escolas também no plano da produção de políticas educativas;*
- *a desacreditação profissional por via de um sistema de formação contínua "subordinada às lógicas da gestão administrativa das carreiras" (p. 33);*
- *crise de autoridade e de poder* dos professores, que o autores designam por dupla crise da profissão; *crise de autoridade*, que parece ser constitutiva da profissão (com exceção do período influenciado pelo Movimento da Educação Nova, que contribuiu para a produção de um discurso pedagógico mobilizador e edificante de uma profissão profundamente contraditória, embora me pareça que os efeitos deste Movimento não tenham chegado, alguma vez, ao ensino secundário...), e *crise de poder*, que se manifesta pela crescente invasão por todos de um espaço que durante muitos anos foi de uns poucos;
- *intervenção crescente na educação das forças e da lógica do mercado, afirmando o princípio do mercado e do mito da livre escolha parental (no caso português e como Afonso, 1997, evidenciou, não se pode, em rigor, afirmar que estejamos perante um quadro generalizado de influência da ideologia neoliberal na educação, embora se notem sinais evidentes que permitem conceber essa influência num futuro próximo, tal como a publicação dos resultados do 12.º ano e a pressão intensa nesse sentido produzida por certa imprensa indiciam);*

- a emergência de uma retórica discursiva em torno da avaliação dos professores e das escolas que, segundo os autores, tem contribuído para um acréscimo de tarefas administrativas que desviam a atenção dos professores da acção educativa concreta;
  - excessiva centralização dos processos de concepção de políticas educativas e o reforço dos dispositivos de controlo remoto da profissão (e das escolas, tal como Lima, 1995, havia já assinalado);
  - a coexistência de discursos oficiais entusiastas em contraponto com o que designam por sofrimentos e silêncios dos professores, como se o mesmo mundo estivesse a ser observado a partir de lentes com diferentes focalizações;
  - a importância crescente da *indústria de ensino* no processo de modelagem das práticas pedagógicas
  - e o que podemos designar por dificuldades dos professores em lidarem com as exigências que a *construção de uma escola democrática* necessariamente tem de colocar (a escola selectiva, que passa pelo reforço das práticas avaliativas por parte dos decentes, pela manutenção dos exames nacionais e modos de avaliação estandardizados, sempre se demonstrou como de mais fácil consecção).
- Estes são os principais factores (explícitos e implícitos na obra em análise) que estarão na base da crise da educação e da profissão docente e que conduziram ao que os autores designam por *desmobilização subjectiva*, considerada como a referência colectiva da profissão subjetivamente construída. Tal como os autores, também defendo a tese que os professores não podem ser continuamente responsabilizados por políticas que não produziram, principalmente se essa responsabilização for individual, como acontece de um modo implícito na ideologia dominante que conforma o regime jurídico da formação contínua de professores. Este diploma, como se sabe, considera o professor a título individual e «obriga-o» à frequência de acções de formação, sob a ameaça de não progressão na carreira, partindo do princípio que os professores são incompetentes em permanência que necessitam, por isso, de contínuo aperfeiçoamento (com efeito, até os professores já interiorizaram este discurso, auto-concebendo-se como

destituídos do saber profissional adequado ao exercício da sua profissão, discurso este que também tem correspondência na maioria da oferta formativa disponível e no modo como os próprios sindicatos, desde o início, a conceberam). Também sabemos que as crescentes pressões neoliberais no sentido de abrir a educação pública às lógicas do mercado, seja pela via da privatização ou pela da gestão privada da «coisa pública» (que tem vindo a ser a estratégia dominante nos países de expressão anglofona), que se vêm fazendo sentir na imprensa diária desde há seis/sete anos de um modo insistente, poderá contribuir para um aprofundamento da crise educativa. Mas também defendo que os professores não são apenas vítimas deste processo, muito menos os do ensino secundário, cuja história não pode ser confundida com a dos professores do 1.º CEB e, até certo ponto, com os que exercem a sua acção no 2.º CEB. E também não nos podemos esquecer que os movimentos renovadores no campo da educação tinham como principal bandeira a democratização da educação, ou seja a ruptura com a escola tradicional, transmissiva e autoritária, e a construção de uma escola que contribuisse decisivamente para a formação de cidadãos emancipados. Estou conviccentemente convencido que a superação da situação que actualmente se vive nas escolas, e que Correia & Matos descrevem de um modo sugestivo, só pode ser superada através da conscientização por parte dos professores (que, como sabemos, são um grupo profissional heterogéneo, polvilhado de interesses em grande medida conflituais), concebidos como colectivos profissionais integrados em organizações concretas, das situações opressivas em que se encontram, inventando novas formas de construção da profissão alicerçadas, de preferência, na invenção da escola democrática, o que, parafraseando Boaventura de Sousa Santos, constitui uma das promessas da modernidade ainda longe de estar cumprida.

Embora não me reconheça no campo dos que defendem o «regresso do actor», e tendo em atenção a crise de autoridade dos professores referida pelos autores, talvez me incline mais para um posicionamento que reivindica o «regresso do autor» (necessariamente colectivo), sob pena de continuarmos a alienar a profissão a poderosas forças que lhe são externas e a engrossar os volumes de uma história que alguns teimam em considerar como trágico-profissional e trágico-educativa. Comecei por afirmar que a leitura desta obra foi estimulante e, simultaneamente, inquietante. Penso que ao longo desta nota de leitura esta ideia terá ficado clara. Contudo, parece-

me importante explicitá-la. Estimulante, porque me fez entrar num universo complexo e pleno de conflitos e contradições, permitindo que o debate em torno da educação na actualidade e da crise da profissão docente que lhe está associada, se possa fazer a partir de um quadro de referência bastante rico e profundo. Inquietante, porque traça um cenário futuro profundamente sombrio acerca da educação e, sobretudo, dos professores e da sua capacidade para reinventarem a escola e a profissão. Ficamos como que bloqueados do ponto de vista das possibilidades teóricas de superação da situação.

Por último, uma referência ao modo como os autores mobilizam e convocam os autores constantes na bibliografia. A maioria desses autores não surgem ao longo do texto, tendo de ser inferidos pelo leitor, o que pode variar de acordo com o grau de conhecimento que este tiver daqueles. De um ponto de vista pedagógico (já para não convocar outros) penso que a estratégia utilizada neste domínio não será a mais adequada, muito menos para os professores que pretendam fundamentar as suas práticas profissionais em reflexões analíticas que se centram na sua condição e que os utilizam como principal fonte de informação. Para o principiante neste campo de investigação será conveniente não imitar o estilo.

## Notas

- AFONSO, Almerindo J. (1997). O neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação social-democrata. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 10, n.º 2, pp. 103-137.
- LIMA, Lício C. (1995). Reformar a Administração Escolar: a recentralização por controlo remoto e a autonomia por delegação política. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 8, n.º 1, pp. 57-71.
- NÓVOA, António (1992). *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional.
- NÓVOA, António (1999). Os Professores na Virada do Milénio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. São Paulo: *Educação e Pesquisa*, vol. 25, n.º 1, pp. 11-20.
- SANTOS, Braventura de S. (1994). *Pela Mão de Alice, o Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.